

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Departamento de Ciências Sociais

Curso de Ciências Sociais

Cultura em Viçosa: uma análise da atuação pública municipal.

Luciana de Fátima Abranches

Matrícula nº: 64466

ORIENTADOR: Prof. Douglas Mansur da Silva

VIÇOSA – MG

Julho – 2014

Luciana de Fátima Abranches

Cultura em Viçosa: uma análise da atuação pública municipal.

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

APROVADA: 24 de julho de 2014.

Prof. Marcelo Otoni Durante

Prof. Fabricio Roberto Costa Oliveira

Prof. Douglas Mansur da Silva
Orientador

DEDICATÓRIA

Ao meu pai JOSÉ VIANA ABRANCHES, um sábio homem que com valores incalculáveis de alegria, amor ao próximo, humildade e honestidade me ensinou em vida a ser quem eu sou hoje. Deus me concedeu o privilégio de ter o melhor pai, a companhia mais doce e amorosa e por quem eu tenho a saudade mais profunda. Dedico ao meu herói, meu maravilhoso pai José toda a minha gratidão e amor eterno.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao meu bom Deus que me permitiu concluir mais esse momento tão sonhado e árduo da minha vida.

Ao meu pai José por todos os ensinamentos e todo amor dedicados a mim e aos meus irmãos.

Ao meu orientador, professor Douglas Mansur da Silva, com seu exemplo de intelectual admirável me inspirou a saber mais sobre as políticas públicas de cultura. Obrigada por toda a sua dedicação, direções e imensa sabedoria que tornou possível a conclusão desta monografia. Sou imensamente grata.

À minha digníssima Lidiana, que Deus me deu o privilégio de ser minha amada irmã, minha parceira, minha “irmãe” que com muito carinho e apoio, não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

A todos os professores da graduação que de alguma forma contribuíram para a minha formação, especialmente Vera, Ana Luísa, Daniela Alves, Marcelo Ottoni, Fabrício, Jeferson, Daniela Rezende, e Nádia Dutra, que foram tão importantes em minha graduação e ficarão gravados em meu coração como exemplos de profissionais brilhantes.

Aos meus irmãos, Adilson e José Afonso pelo amor e torcida.

As minhas amadas sobrinhas Gabrielle, Eloá e Dudinha por alegrar meu coração, presentes de Deus.

À minha tia e madrinha Maria José pela proteção, carinho, amizade e amor.

Às minhas queridas amigas Bruna e Tatiele por toda luz, parceria, orações e companheirismo.

E a todos os amigos pela torcida em especial Bartomélio, Lucas e Patrícia.

A minha eterna gratidão a todos.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	v
RESUMO.....	vii
1. INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO 1. DE SANTA RITA DO TURVO Á VIÇOSA.....	3
1.1 - Colégio de Viçosa	4
1.2 - Colégio Normal	5
1.3 – O Surgimento da ESAV.....	6
1.4 - O Ensino em outros setores na cidade de Viçosa – MG.....	8
CAPITULO 2. O OLHAR DAS CIÊNCIAS OCIAIS SOBRE A TEMÁTICA CULTURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	11
2.1 – Cultura: Perspectivas das Ciências Sociais.....	12
2.2 – Políticas Públicas de Cultura: Definições e Trajetória Histórica no Brasil.....	13
2.3 – Programa Nacional de Incentivos à Cultura – “Lei Rouanet”.....	20
2.4 – Plano Nacional de Cultura.....	21
2.5 – Lei Estadual de Incentivos de Minas Gerais.....	26
CAPITULO 3- AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA EM VIÇOSA-MG.....	28
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
ANEXOS	

LISTA DE SIGLAS

ADAPAC - Associação dos Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa.

CEECoordenação do Centro de Ensino e Extensão

CFCConselho Federal de Cultura

CNC.....Conselho Nacional de Cultura

CNDA..... Conselho Nacional de Direito Autoral

CNPC.....Conselho Nacional de Política Cultural

CNRC.....Centro Nacional de Referência Cultural

CONCINE..... Conselho nacional de Cinema

EMBRAFILME..... Empresa Brasileira de Filmes

ESAV..... Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ESED RAT.....Escola Estadual Dr. Raimundo Alves Torres

ESUVEscola de Estudos Superiores de Viçosa

FAPEMIG..... Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

FDV..... Faculdade de Viçosa

FEC..... Fundo Estadual de Cultura

FNC.....Fundo Nacional de Cultura

FUNARTE.....Fundação Nacional de Arte

IBGEInstituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS..... Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INC.....Instituto Nacional de Cinema
INCE.....Instituto Nacional de Cinema Educativo
IPHANInstituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LUVE.....Associação Atlética Acadêmica
Minc.....Ministério da Cultura
PNC.....Política nacional de Cultura
PNC.....Plano Nacional de Cultura
PIB.....Produto Interno Bruto
SAI..... Secretaria de Articulação Institucional
SNC..... Sistema Nacional de Cultura
SPHANServiço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFV.....Universidade Federal de Viçosa
UNIVIÇOSA..... Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde
UNOPAR.....Universidade Norte do Paraná
UREMG.....Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

RESUMO

Luciana de Fátima Abranches de, Bel., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2014.

Cultura em Viçosa: Uma análise da atuação municipal das políticas culturais em uma cidade educadora. Orientador: Douglas Mansur da Silva.

Palavras-Chaves: Cultura, Políticas Públicas de Cultura, Poder público.

O presente trabalho procura discutir sobre a atuação pública municipal em Viçosa/MG, no que se refere às políticas de cultura. Para tanto, procura-se contextualizar a cidade e a o fato desta se utilizar da imagem de “cidade educadora”, para, em seguida, problematizar acerca dos espaços destinados à cultura na agenda política pública municipal. Em um segundo momento, discute-se sobre as diferentes concepções acerca do conceito de cultura e como esta tem sido considerada pelas Ciências Sociais, bem como realiza-se um histórico da políticas culturais no Brasil. No último capítulo, discute-se mais detalhadamente, a partir de entrevistas com agentes públicos e com instituições produtoras de cultura, como se encontra a atividade cultural no município e quais desafios a serem enfrentados. A metodologia de pesquisa teve por base levantamentos bibliográficos e entrevistas, a partir de roteiro semiestruturado. Conclui-se que, apesar da reputação de cidade educadora e da crescente demanda por cultura no município, a atuação pública municipal é incipiente, uma vez que as poucas ações encontram-se em fase de implantação.

1. INTRODUÇÃO

Viçosa é um município brasileiro, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, com uma área territorial de 299,418 Km². Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sua população é de aproximadamente 76.147 habitantes em 2013. Uma característica que Viçosa apresenta é a significativa presença de uma população flutuante, de aproximadamente 20.000 pessoas, o que se dá principalmente em virtude da vinda de estudantes de várias localidades do Brasil e de outros países para ingressar nas instituições acadêmicas situadas no município, seja no ensino público, na Universidade Federal de Viçosa, ou em outras instituições de ensino particulares da cidade, como a Escola de Estudos Superiores de Viçosa - ESUV, ou a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde – UNIVIÇOSA, ou a Faculdade de Viçosa – FDV. Viçosa conta ainda com a modalidade de ensino à distância, oferecida pela a Universidade Norte do Paraná, a UNOPAR.

A cidade foi se desenvolvendo pelo viés educacional e em decorrência deste fato a economia, a sociabilidade e outros segmentos da sociedade viçosense passaram a girar, no decorrer do tempo, em torno do setor educacional, sobretudo em torno da Universidade Federal de Viçosa. Um dado econômico que cabe ressaltar aqui é pela influencia desses setores educacionais na cidade de Viçosa, incluindo eventos acadêmicos, sendo realizados em média 500 eventos por ano.

O cenário educacional na cidade de Viçosa foi se construindo ao longo dos anos, e respectivamente sua fama de cidade educadora. Por conta desse *status* educacional, pressupõe-se que a oferta de atividades e bens culturais seja algo presente no cotidiano dos seus moradores. Por outro lado, a cidade apresenta acentuadas assimetrias, dentre as quais destacam-se o elevado índice de portadores de diploma de ensino superior, de um lado (45%, bem acima da média nacional, em torno de 10%), e um elevado número de analfabetos, de outros (10%, acima da média nacional, de 5%).

O fato de a cidade dispor de uma capacidade educacional relevante, ao lado de marcantes carências, levou-nos ao desejo de pesquisar o tema da cultura que é um dos componentes da ciência que promove o conhecimento e transformação social que envolve ainda um cunho político, nesse sentido a importância de se estudar as políticas públicas de cultura presentes (ou ausentes) no município, além do que a

cultura é um Direito, sendo objeto de crescentes políticas em nível nacional, e intrinsecamente ligadas ao campo do saber e do exercício da cidadania.

Para tanto, o escopo desse presente trabalho é o de analisar o caráter das ações relativas às Políticas Públicas de Cultura em Viçosa. Como é a relação com os agentes e instituições produtores de cultura? Há valorização dos produtores, bens e atividades locais? Também interessa nos verificar o interesse da Prefeitura (poder público) e possíveis “falhas” nesta instituição em fomentar políticas culturais na cidade de Viçosa – MG.

Como metodologia utilizada, procedeu-se com a coleta de dados por meio de entrevistas, com agentes do setor público e pessoas envolvidas com a promoção da cultura, no intuito de analisar os discursos a respeito da temática da cultura: demandas, fomento, relevância para a comunidade viçosense e conhecimento das políticas culturais existentes em Viçosa – MG.

No primeiro capítulo deste trabalho foi abordado o surgimento da cidade Viçosa, o seu desenvolvimento de vilarejo de Santa Rita do Turvo, primeiro topônimo que a cidade recebeu até ser elevada a condição de cidade sendo renomeada para seu atual nome de Viçosa. Ainda é relatado um breve histórico sobre a fundação das principais instituições de ensino que supõe se que influenciou no desenvolvimento da cidade e posteriormente sua condição de cidade educadora.

O capítulo dois abrange as considerações dos teóricos envolvidos com a temática cultural e de políticas públicas de cultura. Discute-se o conceito de cultura sobre o olhar de Terry Eagleton, Raymond Williams, Allan G. Johnson e Emílio Willens, entre outros. Já para a exposição do conceito sobre políticas públicas de cultura foram utilizados, sobretudo, os estudos de Lia Calabre, Elenaldo Celso Teixeira, Antônio Albino Canelas Rubim e Teixeira Coelho.

A trajetória das políticas públicas de cultura se apresenta no capítulo três, através da análise do histórico da implementação das principais políticas culturais no Brasil. Logo a seguir passa a se analisar a políticas culturais propriamente na cidade de Viçosa, onde são expostas e analisadas as informações obtidas pelas entrevistas com o secretário da cultura Antônio Luiz Miranda e também com Geraldo Luís Andrade, músico, jornalista e vereador esses representantes do poder público. Já os agentes promotores de

cultura foram entrevistados Tânia Mara de São José, presidente da Associação de Artesanatos de Viçosa e Marcelo Andrade presidente da ONG Humanizarte.

CAPÍTULO 1 - DE SANTA RITA DO RIO TURVO À VIÇOSA.

Nem sempre é fácil apontar com precisão o início de existência de uma cidade ou de um lugar, a não ser pela existência de registros públicos constando as datas exatas.

Viçosa está localizada na Zona da mata mineira e à sua dinâmica histórica, no contexto da sociedade brasileira. Segundo José Mário da Silva Rangel o surgimento deste povoado, nos remete aproximadamente ao século XVIII, quando uma pequena população foi se estabelecendo, ainda no período colonial. Com a escassez do ouro em Minas Gerais, vários exploradores e suas famílias se deslocaram para a Zona da Mata, onde o povoamento foi fortemente impulsionado ao longo do século XIX pela expansão da lavoura cafeeira e juntamente pela autorização concedida pelo bispo de Mariana – Frei Cipriano - ao padre Francisco José da Silva, para construir uma ermida (capela) em homenagem a Santa Rita de Cássia, no local onde hoje se encontra a capela de Nosso Senhor dos Passos.

Em meados de 1831 a atual cidade de Rio Pomba, localizada 100 km de Viçosa, foi elevada a categoria de Vila, passando Santa Rita do Turvo (hoje Viçosa) a ser um de seus 14 distritos iniciais. No ano seguinte, Santa Rita do Turvo, elevou-se à categoria de freguesia.

O vilarejo recebe esse nome em homenagem a Santa Rita de Cássia, e o turvo vêm de influência do rio Turvo que atravessava a freguesia. Na época imperial, os povoados recebiam o nome de freguesias, que eram a menor das divisões administrativas naquela época, ou também eram conhecidas como Paróquias.

Segundo o IBGE, algumas alterações toponímicas municipais da atual Viçosa podem ser observadas: em 1871 pela Lei Provincial nº 1817, Santa Rita do Turvo foi elevada à categoria de Vila e, em 1876 pela Lei Provincial 2216, adquiriu a qualificação de cidade e passou a denominar-se Viçosa de Santa Rita, em homenagem ao Bispo D. Antônio Ferreira Viçoso da Arquidiocese de Mariana, como nos afirma Rangel (2011). Em 1911, já no período republicano, o município passou a se chamar somente Viçosa.

A atividade econômica desde os primórdios dos tempos prosperou como já foi citado, devido às primeiras lavouras de café nas pequenas fazendas que foram erigindo a cidade de Viçosa. As pequenas fábricas só começaram a surgir na cidade em 1920. As relações entre as pessoas, no entanto, eram predominantemente baseadas nas atividades rurais.

1.1 - COLÉGIO DE VIÇOSA.

Concomitante com a agricultura, o campo do saber foi se constituindo paulatinamente em Viçosa, através de instituições de ensino. Uma das primeiras instituições com objetivos educacionais foi o Gymnasio de Viçosa, fundado em 1913. Cabe ressaltar segundo Vicente de Castro (2013), que a fundação do educandário, foi possível mediante um contrato celebrado entre a prefeitura de Viçosa e o professor Alípio Peres, contando ainda com o apoio de Arthur da Silva Bernardes, que na época ocupava o posto de Secretário das Finanças do Estado. O Gymnasio de Viçosa teve sua primeira sede instalada na Praça Silviano Brandão nº 136, tornando se referência na qualidade de ensino da época.

Por volta de 1943, ainda segundo Vicente de Castro (2013) o Gymnasio de Viçosa passou por uma crise financeira que possibilitou a um grupo de Viçosenses, por meio de uma ação judicial, adquirir o Gymnasio de Viçosa, no qual este grupo promoveu uma série de alterações, dentro das quais podemos citar a mudança da razão social que antes era Gymnasio de Viçosa e passou a ser Colégio de Viçosa; e sua natureza jurídica passando a se constituir como uma Sociedade de quotas de capital privado. O grupo adquirente do Colégio era composto pelos senhores: José Sant'Anna, Alino Corrêa Borges, Prof. Edson Potsch Magalhães, Prof. Edgar Vasconcellos Barros, Padre Álvaro Correa Borges, Dr. Raimundo Alves Torres e Saulo Moraes Morstszom, e Dr. Moacir Pavageau. Esse grupo constituiu também a primeira diretoria do Colégio, que contribuiu de forma significativa para o bom êxito do Colégio nos anos seguintes.

Nas antigas dependências do Colégio de Viçosa, passou a funcionar o Colégio Estadual. Hoje, o ESEDRAT, sigla atual do colégio, funciona em sua sede própria, localizado a Rua do Pintinho, no Bairro Bela Vista.

Retornando a evolução do Colégio de Viçosa, advindo dos gastos com as obras, o colégio passou por uma nova crise financeira que causou sérias preocupações a diretoria financeira e a sociedade empresária que viveu dias de incertezas. Seguindo os autos de Vicente de Castro (2013), foi indicado o advogado por formação Januário de Andrade Fontes, que lecionava no Colégio de Viçosa as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Língua Francesa e Matemática nos anos de 1949, para o cargo de diretor e uma das primeiras medidas para tentar sanar essa crise foi à além de oferecer os ensinamentos nos antigos níveis ginásial, colegial e clássico, como também nos regimes de internato, semi-internato e externato, no turno diurno e no noturno, também era ministrado o curso

técnico de contabilidade. Ele conseguiu através dessas medidas econômicas e administrativas em pouco tempo quitar as dívidas e fazer prosperar novamente o Colégio.

A década de 80 aguardava profundas transformações para essa sociedade que tanto contribuiu para a cidade de Viçosa, ocorre que em meados de 1980 a instituição enfrentou outra crise financeira, dessa vez de forma mais grave que culminou em sua dissolução em 1986. A prefeitura municipal de Viçosa a época adquiriu 83% da sociedade, passando inclusive a ser proprietária do edifício sede do Colégio.

1.2 - COLÉGIO NORMAL.

Outra instituição do campo do saber que se desenvolveu na cidade de Viçosa, que segundo os subsídios de Vicente de Castro (2008), foi a constituição da Escola Normal em 1917. O advento desta instituição educacional se deu, sobretudo, graças ao apoio de Dr. Emilio Jardim de Resende, juntamente com a Madre Bernadete da Congregação Irmãs Carmelitas da Divina Providencia, que mediou a vinda da escola para Viçosa. A Escola construiu sua sede na Rua Vaz de Melo, sendo administrada pelas Irmãs Carmelitas da Divina Providência, de caráter capital privado e dedicação exclusivamente à educação do sexo feminino, formando assim futuras professoras.

Segundo os estudos de Rangel (op. cit.), as duas instituições, Colégio de Viçosa e Colégio Normal foram referência de ensino e contribuíram expressivamente para a evolução cultural de Viçosa. Atualmente, a Escola Normal se denomina Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo e continua com as mesmas características da fundação como a localização, caráter privado e sendo administrada pela mesma Congregação Católica. No entanto, o ensino não é mais somente para o sexo feminino, pois atualmente contempla a educação infantil, ensino fundamental e médio para ambos os sexos.

Já o Colégio de Viçosa, hoje se encontra localizado no mesmo endereço, e abriga diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Viçosa, além da Inspeção de Ensino de Viçosa e outros órgãos ligados ao poder municipal.

1.3 – O SURGIMENTO DA ESAV.

Entre 1918 e 1926, a emergência política de Arthur da Silva Bernardes no cenário político nacional, contribuiu decisivamente para a promoção de mudanças nas

estruturas sociais e econômicas de Viçosa.. Arthur Bernardes nasceu aos 08 dias do mês de agosto de 1875 e foi o primeiro cidadão viçosense ser diplomado em bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Retornou a Viçosa e foi vereador em 1904; Presidente da Câmara Municipal de Viçosa em 1906; deputado estadual em 1907 e depois federal em 1909. Tornou-se Secretário de Finanças de Minas Gerais em 1910. Reelegeu-se para a Câmara Federal em 1915. Nas eleições de 1918 foi eleito para o cargo de Presidente da Província de Minas Gerais. E por fim, em 1922, foi elevado ao cargo de Presidente da República.

Quando era Presidente da Província de Minas Gerais, Arthur Bernardes deu início à construção de uma escola superior, que seria inaugurada durante a vigência do seu mandato como Presidente da República, em 1926.. A cidade de Viçosa, por comportar em suas delimitações, espaço territorial pertinente à implantação de uma escola superior, inaugurou em 28 de agosto 1926 a Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Arthur Bernardes encarregou ao jovem competente engenheiro João Carlos Belo Lisboa a missão de possibilitar a construção da escola. Mas a implantação passou por alguns percalços no caminho antes de sua fundação, dos quais podemos citar a resistência de alguns dos fazendeiros à época, proprietários das terras onde seria construída a Universidade, local escolhido por apresentar localidade plana e de extensão compatível com o projeto. Segundo Paniago (1990) os primeiros fazendeiros a vender suas terras para o Estado foram os senhores Lino Lopes Rosado e Christiano Machado por 40.; 000\$000 (quarenta contos de réis) e 26; 000\$000 (vinte e seis contos de réis) respectivamente. E assim sucessivamente vários outros senhores se desfizeram de suas terras e passaram a construir suas residências em outros pontos da cidade. Foram, no total, comprados 453 hectares para o início das obras.

Ainda de acordo com Paniago, desde a inauguração, o intuito era de transformar a ESAV em referência da ciência agrária não só local, mas de importância nacional. Para tanto, a instituição adotou métodos científicos de ensino, trazendo professores de diferentes partes do Brasil e do mundo, além de funcionários e alunos que vieram de diferentes partes do Brasil, além de Viçosa. Para administrar a ESAV, o presidente Arthur Bernardes convidou o professor estadunidense Peter Henry Rolfs, este que já residia aqui em Viçosa, sendo proprietário de uma grande fazenda no local que seria construído a universidade. Rolfs possuía uma grande experiência inglesa e intenso

conhecimento na área da agricultura moderna, Rolfs veio com a função de dirigir, organizar e aplicar todos seus conhecimentos em função ao progresso da ESAV. Os cursos superiores de agricultura e de veterinária, respectivamente, foram os primeiros a serem implantados nesta instituição, desde o início já apontando sua ênfase agropecuária.

Todas essas medidas iniciais, tomadas por Arthur Bernardes, e, sobretudo pelo Professor Peter Henry Rolfs, com a colaboração de João Carlos Belo Lisboa e demais colaboradores da época, foram fundamentais para o desenvolvimento da Instituição. Desde então, a cidade passou a receber, crescentemente, significativos fluxos de pessoas oriundas de outros lugares, em trânsito, com significativa presença de mão de obra altamente qualificada. Por outro lado, passou a atrair também, em decorrência de sua dinâmica social e econômica, expressivos contingentes dos pequenos municípios do entorno, em geral trabalhadores de origem rural, com menor qualificação, assim considerado de um ponto de vista da educação formal. A economia local passou a gerar em torno da UFV e muitos funcionários que trabalhavam na instituição eram moradores ou pessoa que fixaram residência em Viçosa. E mais conforme a leitura de Paniago, ele diz que “sob a influência da UFV determinados valores educacionais foram se modelando”.

No ano de 1948, o Governo do Estado de Minas Gerais transformou a ESAV em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), que era composta pela Escola Superior de Agricultura, pela Escola Superior de Veterinária, pela Escola Superior de Ciências Domésticas, pela Escola de Especialização (Pós-Graduação), pelo Serviço de Experimentação e Pesquisa e pelo Serviço de Extensão. A UREMG foi adquirindo renome em todo o País. E devido sua inquestionável importância no cenário educacional do país, em 15 de julho de 1969, o Governo Federal, decretou sua federalização, passando, a ser denominada Universidade Federal de Viçosa. A UFV ainda mantém no Campus de Viçosa, o Colégio Universitário (Ensino Médio Geral), o Laboratório de Desenvolvimento Humano (4 a 6 anos) e, ainda, uma Creche, que atende a crianças e 3 meses a 6 anos.

1.4 – O ENSINO EM OUTROS SETORES NA CIDADE DE VIÇOSA – MG.

A escritora Viçosense descreveu Viçosa como sendo uma cidade privilegiada, no que se refere á educação, “pois oferece educação desde a creche até a educação superior, seja pública ou privada” (PANIAGO, op.cit.).

Em relação ao setor privado de ensino, Viçosa, atualmente conta com as seguintes faculdades particulares que oferecem o ensino superior: a Escola de Estudos Superiores de Viçosa – ESUV, a Faculdade de Viçosa – FDV, e a **Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde** – UNIVIÇOSA, além da modalidade ensino à distância oferecido pela UNOPAR.

A Escola de Estudos Superiores de Viçosa conhecida também por sua sigla - ESUV foi criada em 29 de junho de 1999, por meio de sua mantenedora a Sociedade Educacional Diogo Braga Filho S/C, com as seguintes diretrizes educativas: Constituir diplomados, nos cursos de Direito, Ciências Contábeis, Serviço Social e Engenharia Civil, para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Logo após, apresentando-se como mais uma possibilidade de estudo oferecida por Viçosa e inspirada na vocação da cidade no cenário educacional brasileiro, foi criada a Faculdade de Viçosa – FDV, de caráter privado. A FDV foi idealizada pela AVEP - Associação Viçosense de Ensino e Pesquisa Ltda., composta por um grupo de empresários viçosenses atuantes na área da educação e professores com larga experiência no ensino superior e atual mantenedora da faculdade.

A viabilização da FDV foi concretizada no ano de 2001, quando iniciou suas atividades oferecendo três cursos de graduação: o Bacharelado em Administração, com Habilitações em Comércio Exterior e em Gestão de Negócios e o Bacharelado em Sistemas de Informação. Logo em seguida, respondendo a uma demanda regional, deu início ao Curso Normal Superior.

A Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde – UNIVIÇOSA, fundada no ano de 2002 é uma sociedade de capital privado que oferece os cursos superiores nas áreas de: Administração, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Química, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Ciências Contábeis, além dos Cursos Superiores de Tecnologia: Gestão Ambiental Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental) Gestão de Empresas (Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais).

Atualmente esta faculdade é umas das maiores instituições de ensino privado de Viçosa, seja pelo grande número de cursos oferecidos e também pelo fato de ter adquirido em meados do ano de 2012 as cotas sociais da ESUV, passando assim a ser proprietária da mesma, com isso ocorreu uma junção entre as duas faculdades.

Já a UNOPAR é uma filial da Faculdade do Paraná que oferece a modalidade do ensino à distância. A criação dessas instituições nas últimas décadas está relacionada com a expansão do ensino superior privado, experimentado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Do mesmo modo, a adesão ao Programa Reuni, do governo Lula da Silva, fez expandir o número de vagas no ensino superior público.

Todas essas instituições de ensino produzem o cenário e conduzem para o fortalecimento da ideia de Viçosa como uma cidade educadora, porém como conceber conhecimento (educação) sem falar de cultura? E como as políticas públicas de cultura podem promover discernir e ampliar horizontes de conhecimento?

Por ter a reputação de cidade educadora, e por ser a educação a força motriz da dinâmica econômica local, é de se imaginar que há uma demanda pela fruição e consumo de bens culturais, bem como a constituição de coletivos e instituições voltadas para o campo da cultura, com potencial para o desenvolvimento de uma economia da cultura. De certo, a educação é um dos campos da cultura, assim como a religião. Contudo, o campo tem se expandido nas últimas décadas, como veremos no próximo capítulo, abrangendo além das artes, da ciência, das letras, as manifestações populares, de memória, a patrimonialização, bem como aspectos da vida cotidiano, como as formas de saber-fazer materiais e imateriais.

CAPÍTULO 2 - O OLHAR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE A TEMÁTICA CULTURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

A análise bibliográfica dessa pesquisa está relacionada às principais categorias analíticas que contribuíram ou contribuem para o estudo da cultura e propriamente das políticas públicas de cultura no Brasil.

Nesse sentido foram utilizados como fundamentação teórica, estudos que podem fornecer elementos para a compreensão do conceito de cultura e do seu estatuto na contemporaneidade. De fato, o alargamento ou a limitação da abrangência do conceito tem a ver com as próprias disputas por legitimidade pelos diversos bens, agentes e instituições envolvidos nos diversos âmbitos da produção cultural. Em uma perspectiva antropológica, ampla, cultura abarca todas as criações humanas, resultadas do aprendizado social, sejam materiais ou imateriais. Para Crespi (1997), a cultura é uma

redução da complexidade, isto é, uma maneira pela qual o ser humano torna inteligível o mundo, uma vez que não se é capaz de apreender toda sua complexidade do mesmo. Tal redução se dá, convencionalmente, de uma sociedade para outra. Assim, os diversos âmbitos da cultura, em sociedades de complexa divisão social do trabalho, encontram-se em uma permanente disputa por reconhecimento, incluindo quais deles serão contemplados pelas políticas públicas.

Neste sentido, é possível encontrar definições mais ou menos elásticas de cultura, uma vez que esse tema acolhe diversas compreensões. Veremos a partir das definições de Terry Eagleton (2005) seus comentários a respeito do que é cultura; em seguida, Andrea Vicente Toledo Abreu (2013) que aborda sobre as políticas públicas de cultura, além de analisar e interpretar a aplicação de tais mecanismos nas principais instituições culturais da no cenário da Zona da Mata de Minas Gerais, alegando ainda que a cultura é um fator fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, além de Emílio Willens (1980), através de suas teorias sobre as políticas públicas culturais no Brasil. Veremos, por exemplo, quais são os papéis das políticas públicas na sociedade e para quem são criadas essas políticas (TEIXEIRA, 2002); autores como Rubim (2006) irão nos fornecer reflexões sobre os contextos relativos à formação e organização de políticas culturais no Brasil; Celina Souza (2006) nos ilumina sobre o desenho e execução das políticas públicas; além disso, Lia Calabre apresenta um histórico das políticas culturais no Brasil.

2.1 – CULTURA: PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Primeiramente definir o que é ou o que não é cultura requer, portanto, estudos capazes de dar conta das explicações plausíveis sobre esse conceito tão complexo.

Nesse sentido, em busca do entendimento sobre a pluralidade do significado de cultura - que origina da palavra latina *culter* - significa lavoura ou cultivo agrícola, ou seja, é a ideia de cultura como sendo o de cultivar alguma coisa, por exemplo, o cultivo de animais ou na agricultura. Partindo desse pressuposto a ideia elaborada por Raymond Williams, em sua obra *Cultura* de 1992, nos fala sobre a complexidade da palavra cultura, e a relação desta sendo balizada entre natureza e cultura, pois o autor analisa que o sentido de cultivar deixa de ser apenas o de cuidar da terra, passando também aos cuidados e cultivo do espírito, ou melhor, da mente como um progresso intelectual.

(...) Começamos como nome de um processo – cultura (cultivo) de vegetais ou (criação e reprodução) de animais e, por extensão, cultura (cultivo ativo) da mente humana. (WILLIAMS, 1992, pág. 10)

Williams ainda argumenta que a cultura pode ser concebida também como o estado de desenvolvimento intelectual de uma sociedade ou como o modo de vida de um grupo de pessoas.

Terry Eagleton (1992), respeitável crítico literário britânico e filósofo por formação, em sua obra “A ideia de cultura”, corrobora a ideia de Williams quando alega que o processo cultural é a mais nobre das atividades humanas, visto que é uma derivação entre os campos empíricos de trabalho e cultivo. Eagleton também analisa as variantes da cultura num domínio político/social no qual nos mostra que a cultura é um conceito extremamente importante para a interpretação do mundo atual, por considerar que a cultura é constituída de interações sociais e é um instrumento público que se relaciona intensamente com a política.

Ainda podemos conceber a ideia sugerida por Allan G. Johnson, sociólogo, escritor, no qual expõe no dicionário de Sociologia, de sua autoria, que a cultura pode ser entendida como “Um conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social”. (Johnson, 1997)

Ainda a cultura é algo construído pelo homem, através de sua relação e interação com o meio social, e dessa forma Emílio Willens, cientista social, que deixou importantes contribuições para a antropologia brasileira através de sua passagem pelo Brasil durante os anos de 1931 a 1949, com destaque para suas contribuições teóricas e empíricas sobre a cultura, como ele define que a *cultura é criada pelo homem*, pode-se afirmar então que a vida social exerce influência sobre a formação da cultura. E por sua vez, a cultura, influencia a vida social.

Outro desafio é considerar como os objetos da cultura, materiais ou imateriais, podem ser passíveis de um olhar das Ciências Sociais. Neste sentido, alguns autores tendem a apontar o vínculo entre produção cultural de sociedade, sendo a sociedade instituinte das obras (BENJAMIN, 1983; ELIAS, s/d; BECKER, 1982, entre outros), do campo e de suas regras internas (BOURDIEU, 1991) e do reconhecimento (WEBER, 1995). Outros tendem a considerar a capacidade das obras e dos artistas em instituírem o social (JAUSS, 1993). O desafio maior das Ciências Sociais contemporâneas tem sido

a da adoção de uma perspectiva dialética, em uma perspectiva que contemple a análise dos bens culturais e da atividade cultural como instituídos e como instituintes do social (SILVA, 2006; BOURDIEU, op. cit). Assim, é importante destacar as relações entre cultura e política, também de uma perspectiva dialética. Para as Ciências Sociais, o reconhecimento de uma obra, de uma instituição, de um autor (especialista), bem como do que é considerado cultura, pode ser mais ou menos abrangente, e, para tanto, faz-se necessário compreender como se dá o processo de legitimidade desses bens e dessas atividades.

Por esse viés cultural tão intrinsecamente ligado ao social, passaremos a analisar, com ênfase no Brasil, o histórico da criação, definição, formulação e fomentos para as políticas públicas para o setor cultural.

2.2 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: DEFINIÇÕES E TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO BRASIL

Inicialmente busca se registrar as definições das políticas públicas. Portanto, cabe aqui saber que a política é um conjunto de objetivo, procedimentos, instruções, ações e debates, tanto do poder público quanto da organização social, como podemos verificar através das formulações sobre políticas públicas de Elenaldo Celso Teixeira, no qual explana que:

“Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos”. (TEIXEIRA, 2002, pág. 2).

Políticas públicas são medidas adotadas por um governo que visem beneficiar a sociedade. A formulação dessas políticas públicas, geralmente, decorre de inúmeros debates. Essas decisões precisam ser bem acompanhadas e debatidas pela comunidade e o poder público. Ou seja, uma política se torna pública quando as decisões tomadas são elaboradas por pessoas ou grupos junto ao poder público.

Para melhor compreensão dessas ideias, utilizamos os argumentos de Souza, que em seu exaustivo estudo sobre políticas públicas, sintetiza esse conceito de múltiplas compreensões que:

A Política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. (SOUZA, 2006, pág. 36)

Antônio Albino Canelas Rubim, em seu artigo “Políticas Culturais Entre o Possível e o Impossível”, busca articular a produção cultural e a economia da cultura a diversas dimensões da vida social, representando um desafio a delimitação das políticas públicas. Para o autor, há tanto uma politização das culturas quanto uma culturalização da política (representado pelas políticas das diferenças, por exemplo), assim como há uma expansão da economia da cultura, que torna cada vez mais os bens culturais mercadorias, através da indústria cultural, por exemplo, quanto uma culturalização da economia, representada pela estetização de certos bens, para consumo. A cultura mobiliza, assim, muitas atividades, envolvendo trabalhadores de diversas áreas, na cadeia de produção, distribuição e consumo da produção cultural. Rubim explana que na organização e fixação dos formadores indispensáveis para uma política cultural, é necessário um processo analítico vigoroso sobre a cultura, argumentando que a cultura é um componente inseparável das políticas públicas. Além disso, a acepção de cultura relaciona-se também com outras esferas sociais, passando assim a ter mais sentido para as políticas. Por fim, defende que as políticas culturais precisam contemplar a diversidade de manifestações, sobretudo se levarmos em conta o dinamismo e o poder da indústria cultural.

Outro estudioso que podemos nos debruçar sob suas concepções é o Teixeira Coelho, autor do Dicionário Crítico de Política Cultural, onde aponta que a política cultural:

Constituindo, antes de tudo, como neste dicionário se propõe, em uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de: 1. Normas jurídicas, no caso do

Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e 2. Intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas, etc.) (COELHO, 2004, pág. 293).

Deste modo após as explanações conceituais dos estudiosos sobre a temática de políticas públicas veremos a seguir o processo histórico-cultural das políticas públicas no Brasil.

Para nos auxiliar nesse processo, vamos nos debruçar sobre as ideias de Lia Calabre, que relata em seu livro intitulado “Políticas Culturais no Brasil - dos anos 1930 até o século XXI” que os estudos das políticas culturais são bem recentes encontrando-se, na literatura, um volume muito pequeno de publicações sobre essa temática. Ela menciona os trabalhos Sérgio Miceli no qual este organiza um estudo sobre o Estado e cultura.

Lia Calabre faz um importante estudo sobre o desenvolvimento das políticas culturais desde 1930 até os dias atuais. Uma ideia principal que Calabre pondera é do cuidado na elaboração de políticas setoriais e locais, que devem levar em conta as especificidades regionais e ainda que a cultura, sobretudo deva ser um compromisso do Estado. Considera ainda que para a implementação dessas ações culturais é necessário avaliar as produções culturais já existentes em uma cidade, através de um estudo intenso e reflexivo sobre as práticas culturais existentes primeiramente.

Por políticas públicas culturais Lia Calabre entende ser como um conjunto de anseios populares visando necessidades culturais. Como pode ser mais bem entendido através da definição da autora citada em questão:

“Um conjunto de ações elaboradas e implementadas de maneira articulada pelos poderes públicos, pelas instituições civis, pelas entidades privadas, pelos grupos comunitários dentro do campo de desenvolvimento do simbólico, visando a satisfazer as necessidades culturais do conjunto da população.” (CALABRE, 2009, pág. 12).

Essas ações culturais são previstas pela Constituição brasileira de 1988 e prevê também garantia do Estado onde se vê no art. 215 que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (CONSTITUIÇÃO, 1988).

De acordo com esse direito constitucional, Lia Calabre constrói um “inventário” para verificar as principais ações do Governo Federal para fomentar a cultura no Brasil.

Nestes estudos ela argumenta que a elaboração das políticas culturais e, sobretudo da criação de instituições voltadas para o setor Cultural, foi possível devido a uma presença fundamental do Ministro Gustavo Capanema, que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde, nos anos de 1934 até 1945, durante o primeiro governo de Vargas. Capanema demonstrou um cuidado especial com a área da cultura e contou com importantes intelectuais da época como Carlos Durmond de Andrade, Mário de Andrade, Anísio Teixeira, Heitor Vilosa Lobos, entre outros. Neste período a cultura adquire uma característica mais política, por meio de novas estruturas, possibilitando que um esboço de políticas de cunho cultural fosse estabelecido. A principal delas foi a valorização da área de preservação do patrimônio material com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN.

Seguindo a cronologia dos fatos, entre os anos de 1945 a 1964, os estudos de Calabre apontam que não houve fomentos importantes por parte do Estado para a área cultural, o que viu foi à manutenção de algumas ações.

Todavia, nas áreas dos meios de comunicação de massa houve um crescimento e estabilização do rádio e a televisão, Isso se deve ao fato da influência causada pela chegada da televisão ao Brasil nos anos 50, algumas atividades foram estabelecidas financiadas pelo capital privado.

Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, desta forma se organiza dois Ministérios distintos, o da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC).

No contexto político do Brasil na época da ditadura militar o país vivenciou um período muito conturbado, principalmente nos anos 70, que Lia Calabre denomina como “*processo de modernização conservadora*” (CALABRE, 2009, pág.75) pelo fato de o Brasil viver sobre uma de forte repressão e censura e ao mesmo tempo por um crescimento econômico.

Nesta época controversa da história brasileira aconteceu uma série de suspensões de projetos na área de cultura e ao mesmo tempo sucede um cuidado dos governos militares com as políticas nacionais de cultura.

De relevante Calabre cita que em 1961, foi criado o Conselho Nacional de Cultura cuja principal função desse órgão era a de orientar a política cultural do governo. No entanto esse conselho não funcionou por muito tempo.

Em 1966, no governo de Castelo Branco, foram criados o Conselho Federal de Cultura (CFC) e Instituto Nacional de Cinema (INC). Na verdade foi mais uma transformação e reformulação geral de leis tanto para o CFC quanto para o INC.

O Conselho Federal de Cultura foi criado pelo do Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, e instalado a partir do Decreto nº 60.237, de 27 de fevereiro de 1967, substituindo o Conselho Nacional de Cultura. Embasados por Lia Calabre novamente, destacamos entre as funções do CFC, as principais: Formular a política cultural nacional; articulação com os órgãos federais, estaduais e municipais, bem como as Universidades e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução dos programas culturais; decidir sobre o reconhecimento das instituições culturais, mediante a aprovação de seus estatutos; promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional; conceder auxílios e subvenções às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública, tendo em vista a conservação de seu patrimônio artístico e a execução de projetos específicos para a difusão da cultura científica, literária e artística; e promover campanhas nacionais que visem ao desenvolvimento cultural e artístico. A Criação desse conselho foi uma retomada de ação do Estado, sobretudo na área da cultura.

Já o Instituto Nacional de Cinema (INC) substituiu o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), mas vejamos como o segundo foi estruturado. O INCE Foi criado em 1936, no Governo Getúlio Vargas, e estava subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo ministro, já se falou antes neste estudo, era o Gustavo Capanema. Seu primeiro diretor foi o antropólogo Roquette - Pinto, que dirigiu o Instituto até 1947. A passagem e direção de Roquette se sobressaem, pois com suas qualidades intelectuais e visionárias contribuiu significativamente para o bom resultado que o INCE apresentou durante sua gestão.

Retomando aos anos de 1966, o Instituto Nacional de Cinema o INCE, foi reformulado se transformando em Instituto Nacional de Cinema (INC), estabelecido através do Decreto-Lei 43, no Art.31, com premissas de um: Desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, desde seu fomento cultural até à sua promoção no exterior, isso incluiria também: estabelecer e executar a política relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, enfim o INC era responsável por todo o processo e mercadologia do cinema.

Na década de 70 a área de cultura apresentou uma nova estruturação para a área cultural. Nesse sentido podemos destacar a atuação do ministro Jarbas Passarinho (1969 a 1973) que contribuiu de forma significativa para novas essas novas concepções culturais, como seu apoio na elaboração do Plano de Ação Cultural, esse plano visava o financiamento de eventos culturais e principalmente seria a base de elaboração da Política Nacional de Cultura. A PNC (Política Nacional de Cultura) que viria a ser lançado posteriormente em 1976, no entanto, já no governo de Ernesto Geisel. As políticas Nacionais de Cultura, sob a gerência do ministro Ney Braga foi uma marco no campo cultural, que promovendo uma mudança histórica na área da cultura como podemos salientar através do seguinte argumento de Lia Calabre:

“(...) Política Nacional de Cultura tinha como objetivos principais: gerar conhecimentos sobre a cultura; preservar os bens culturais; incentivar a criatividade; difundir as criações e manifestações culturais; contribuir para o processo de integração nacional.” (CALABRE, 2009, pág.79).

Ainda podemos destacar outras medidas em benefício à cultura, como a criação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a valorização do patrimônio cultural, com a fundação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNCR, no qual o Centro tinha o objetivo de criar um banco de dados sobre a produção cultural nacional. Logo a seguir no ano de 1975 foi criado a Fundação Nacional de Arte – Funarte, o objetivo desta entidade era de incentivar e auxiliar o desenvolvimento e promoção das atividades artísticas no Brasil.

Em 1981, foi criada a Secretaria de Cultura em Minas Gerais, pelo então governador Tancredo Neves que influenciou diretamente na criação do Ministério da Cultura, por meio de articulações e propostas apresentadas em diversos Fóruns Nacionais sobre cultura.

No ano de 1984, Tancredo se candidatou a Presidência da República, sendo eleito em 15 de janeiro de 1985 pelo voto indireto de um colégio eleitoral. Mas a missão de governar o Brasil não lhe foi possível... Pois em 14 de março do mesmo ano, Tancredo faleceu antes mesmo de sua posse. Assumindo José Sarney o cargo da presidência da República do Brasil.

Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura, que abrigava vários órgãos relacionados à cultura dentre eles: CFC – Conselho Federal de Cultura, o CNDA – Conselho Nacional de Direito Autoral, o CONCINE – Conselho nacional de Cinema, a

Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes S.A, a FUNARTE - Fundação Nacional de Arte, a Pró – Memória – Fundação nacional Pró Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa e Fundação Joaquim Nabuco. O Ministro escolhido para assumir o Ministério foi Celso Furtado, que por sua postura, enquanto ministro, tomou medidas necessária para o funcionamento e estruturação efetiva do Ministério da Cultura.

Seguindo a contextualização brasileira no ano de 1988, o conjunto de leis brasileiras, ou seja, a Constituição Federal passou por diversas reformulações e atualizações. No âmbito específico da cultura, parte que nos interessa neste momento, que no artigo 215 estabeleceu que:

“Art. 215”. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005) § 1o O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2o A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. § 3o A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II – produção, promoção e difusão de bens culturais; III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV – democratização do acesso aos bens de cultura; V– valorização da diversidade étnica e regional. (CONSTITUIÇÃO. 1988).

2.3 - PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVOS Á CULTURA – “LEI ROUANET”.

Essa nova constituição garantindo o direito de acessos à cultura, e valorização das manifestações culturais foram expressivas para a época, no entanto, o país ainda buscava políticas de maior reconhecimento das práticas e incentivos culturais. Nesse sentido no ano de 1991 foi criado o Programa Nacional de Incentivo à Cultura ou “Lei Rouanet” em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet secretário de cultura da época. Os grandes mobilizadores desta Lei são: o fomento e a política de incentivos fiscais a cultura, ou seja, através do fomento é feita aplicação direta de recursos e renúncia é quando parte do Imposto de Renda, em vez de ir para o fisco, vai para um projeto aprovado pelo Minc. Portanto essa lei permite que cidadãos (pessoas físicas) e empresas (pessoas jurídicas) apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais. A Lei Rouanet ainda conta com outro mecanismo político que é o Fundo Nacional de

Cultura (FNC), este constituído de recursos destinados exclusivamente à execução de programas, projetos ou ações culturais. É por meio dessa Lei que artistas, produtores e gestores culturais vêm produzindo cultura.

Apesar de verificar o aumento de investimento na cultura advindo da Lei Roaunet, faz – se necessário ressaltar que essa Lei sofreu algumas críticas durante sua execução, pois um dos argumentos principais é que ela é injusta, pois os incentivos dessa lei vão, sobretudo, para quem já não precisa de incentivos, como por exemplos os artistas famosos ou mesmo os investimentos que se concentram nos grandes centros urbanos. Ao passo que deveria ser ao contrário Júlio Medáglio apud Abreu, onde argumenta que os investimentos deveriam beneficiar regiões e programas de cidades também do interior, mesmo sem tanta visibilidade, e principalmente promover a oportunidade de divulgação e socialização da cultura. Outro ponto igualmente criticado foi a de que empresas grandes utilizam desse benefício, mas em contrapartida outros setores são prejudicados:

“Um dos principais motivos de críticas é a oportunidade às empresas de não investir dinheiro próprio, e sim 100% do Imposto de renda que iria para o Estado, aumentando a carga tributária em outras frentes” (ABREU, 2013, pág. 69).

Nesse sentido o Ministério da Cultura propôs alguns ajustes e reformulações para sanar as distorções dessa Lei, no qual foram feitas algumas alterações, principalmente no que se refere à descentralização dos benefícios para os projetos culturais. No entanto, até hoje a lei ainda continua com seus empasses.

2.4 - PLANO NACIONAL DE CULTURA.

Voltando ainda a Constituição de 1988, ela nos remete ao fomento de criação do Plano Nacional de Cultura, no entanto somente mais de vinte anos depois do ensejo deste plano, que o mesmo foi finalmente criado. Aos dois dias do mês de dezembro do ano de 2010, no governo de Dilma Rousseff, foi promulgada a Lei 12.343 que estabeleceu o Plano Nacional de Cultura (PNC) no qual visa o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira.

Esse Plano foi elaborado graças a um trabalho realizado com ampla participação social, através de ações e esforços em conjunto entre os setores ligados a cultura e o

Ministério da Cultura. Desde o ano de 2005 foram realizados vários fóruns, seminários culturais e também consultas públicas com a sociedade civil e sempre com a supervisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Este órgão funciona como um colegiado do Ministério da Cultura que articula o debate entre a sociedade civil e os governos municipais, estaduais e a instância federal.

O Plano Nacional de Cultura é um programa composto por 53 metas para a área da cultura a serem atingidas até 2020, ou seja, um planejamento a longo prazo. Cujos objetivos são: orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

Vejamos na íntegra as 53 metas desse audacioso PNC, pela importância de todas.

1ª Meta: Ter sistemas de cultura em todos os estados. (p. 22)

2ª Meta: Obter e divulgar informações atualizadas sobre a área cultural de todos os estados. (p. 24)

3ª Meta: Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território. (p. 26)

4ª Meta: Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada. (p. 28)

5ª Meta: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação. (p. 32)

6ª Meta: 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural. (p. 34)

7ª Meta: 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas. (p. 36)

8ª Meta: 110 territórios criativos reconhecidos. (p. 38)

9ª Meta: 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local. (p. 40)

10ª Meta: Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros. (p. 42)

11ª Meta: Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural. (p. 44)

12ª Meta: 100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural. (p. 46)

13ª Meta: 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada.

(p. 48)

14ª Meta: 100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura. (p. 50)

15ª Meta: Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da arte e cultura com proporcional aumento de vagas.

(p. 54)

16ª Meta: Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas. (p. 56)

17ª Meta: 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC). (p. 58)

18ª Meta: Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura. (p. 60)

19ª Meta: Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento. (p. 62)

20ª Meta: Média de quatro livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro. (p. 64)

21ª Meta: 150 filmes brasileiros de longa-metragem lançados ao ano em salas de cinema. (p. 66)

22ª Meta: Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato.

23ª Meta: 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o Governo Federal, as Unidades da Federação (UFs) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC). (p. 68)

24ª Meta: 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais. (p. 72)

25ª Meta: Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional. (p. 76)

26ª Meta: 12 milhões de trabalhadores beneficiados pelo Programa de Cultura do Trabalhador (Vale Cultura). (p. 78)

27ª Meta: 27% de participação dos filmes brasileiros na quantidade de bilhetes vendidos nas salas de cinema. (p. 80)

28ª Meta: Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculo de teatro, circo, dança e música. (p. 82)

29ª Meta: 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. (p. 84)

30ª Meta: 37% dos municípios brasileiros com cineclube. (p. 86)

31ª Meta: Aumentar o número de cidades com espaços culturais. (p. 88)

32ª Meta: 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento. (p. 92)

33ª Meta: 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento. (p. 94)

34ª Meta: 50% de bibliotecas públicas e museus Modernizados. (p. 96)

35ª Meta: Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura. (p. 98)

36ª Meta: Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UFs) e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes. (p. 100)

37ª Meta: 100% das Unidades da Federação (UFs) e 20% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes, com secretarias de cultura exclusivas instaladas. (p. 102)

38ª Meta: Instituição pública federal de promoção e regulação de direitos autorais implantadas. (p. 104)

39ª Meta: Sistema unificado de registro público de obras intelectuais protegidas pelo direito de autor implantado. (p. 106)

41ª Meta: Disponibilizar informações na internet sobre o acervo de 100% das bibliotecas públicas e 70% dos museus e arquivos. (p. 112)

42ª Meta: Política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formuladas. (p. 114)

43ª Meta: 100% das Unidades da Federação (UFs) com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte tecnológica e inovação. (p. 116)

44ª Meta: Participação da produção audiovisual independente brasileira na programação dos canais de televisão, na seguinte proporção: 25% nos canais da TV aberta; 20% nos canais da TV por assinatura. (p. 118)

45ª Meta: 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura. (p. 120)

46ª Meta: 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados.

47ª Meta: 100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude. (p. 124)

48ª Meta: Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país. (p. 126)

49ª Meta: Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UFs) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). (p. 128)

50ª Meta: 10% do Fundo Social do Pré-Sal para a cultura. (p. 130)

51ª Meta: Aumento de 37% acima do PIB, dos recursos públicos federais para a cultura. (p. 132)

52ª Meta: Aumento de 18,5% acima do PIB da renúncia fiscal do Governo Federal para incentivo à cultura. (p. 134)

53ª Meta: 4,5% de participação do setor cultural brasileiro no Produto Interno Bruto (PIB). (p. 136)

O PNC traçado nestas 53 metas audaciosas com toda a certeza traduz o anseio da sociedade Brasileira, de valorização e revitalização do campo da cultura, no qual o Brasil possa mostrar a sua riqueza cultural por meio das políticas públicas fomentas pelo plano.

O Brasil a partir então da implantação do PNC deu um passo importante na área da cultura, pois esse plano contempla as diversas áreas e setores da sociedade que de certa forma estão envolvidos com a cultura. Mas, como utilizar esse instrumento extraordinário que é o PNC para fomentar a cultura em nossa cidade? O esclarecimento vem a partir da cartilha explicativa elaborada pelo Ministério da Cultura, que

desenvolve de forma clara e objetiva essas e outras questões do PNC como se vê a seguir:

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) será a ponte entre o Plano Nacional de Cultura (PNC), estados, cidades e o Governo Federal. O Sistema estabelece mecanismos de gestão compartilhada entre estados, cidades, Governo Federal e a sociedade civil para a construção de políticas públicas de cultura. A adesão ao SNC é voluntária e poderá ser realizada por meio de um Acordo de Cooperação Federativa. Ao aderir ao SNC, o estado ou a cidade deve elaborar um plano de cultura: documento que reúne diretrizes, estratégias e metas para as políticas de cultura naquele território por um período de dez anos. Assim, pode receber recursos federais para o setor cultural e assistência técnica para a elaboração de planos, bem como ser incluído no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Se seu estado ou sua cidade ainda não aderiu ao PNC, é preciso entrar em contato com o responsável pela Cultura na prefeitura ou no governo do estado. O órgão do Ministério da Cultura (MinC) responsável pela adesão é a Secretaria de Articulação Institucional - SAI. (Ministério da Cultura, 2013, pág. 143).

Primeiro então é preciso adequar o PNC para a nossa realidade local. Inicialmente a cidade ou Estado deve aderir ao SNC (Sistema Nacional de Cultura), que é o ponto de ligação com o Ministério da Cultura, e construir projetos de políticas culturais.

2.5 - A LEI ESTADUAL DE INCENTIVOS DE MINAS GERAIS.

O Estado de Minas Gerais conta com três formas de incentivo as políticas públicas de cultura, sendo a Lei Estadual de Cultura, o Fundo Estadual de Cultura e o ICMS Cultural:

Foi instituída no dia 30 de dezembro de 1997 a Lei nº 12.733 - Lei Estadual de Cultura, onde esta funciona como um instrumento de apoio à cultura, que utiliza as contribuições das pessoas jurídicas em favor às atividades culturais através da dedução no imposto de renda. Esta Lei Estadual de Incentivos de Minas Gerais também apresentou problemas e distorções similares aos da Ley Roaunet, por essa razão passou por algumas revisões até ser revogada pela Lei 17.615 em 04 de julho de 2008. Segundo o site da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, dentre as principais mudanças está às formas de renúncia fiscal, que podem variar de acordo com o faturamento anual da empresa patrocinadora. Sendo essas renúncias entre 10%, 7% e 3% do ICMS.

O Fundo Estadual de Cultura – FEC beneficia diversas áreas culturais, como por exemplo, na área de patrimônio material e imaterial. Destina – se a projetos culturais,

que no seu desenvolvimento encontra maiores dificuldades de captar patrocínio. Portanto, o diferencial do FEC é justamente contemplar o desenvolvimento cultural do interior do Estado.

O ICMS Cultural é destinado exclusivamente para ações municipais, se tornando um incentivo para conscientização e valorização da cultura local. Além disso, o Estado de Minas Gerais foi o primeiro a adotar políticas de proteção aos bens culturais locais, utilizando os recursos do ICMS segundo Abreu.

A legislação brasileira determina que 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS arrecadados pelo Estado seja repassado aos municípios. Em Minas Gerais, a legislação incluiu entre os critérios para distribuição do imposto, os investimentos realizados na preservação do patrimônio cultural. (Abreu, 2013, pág. 85).

Entretanto, estas conquistas ainda são insuficientes e os desafios são muitos em relação à adequação das políticas públicas de cultura às realidades locais. Ainda segundo Abreu se faz necessário um trabalho em conjunto entre Estado e o poder local, com a criação de leis municipais que beneficiam a cultura. No tópico seguinte veremos como estão sendo fomentadas as políticas públicas de cultura na cidade de Viçosa – MG

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA EM VIÇOSA – MG.

A cidade de Viçosa comporta moradores nativos e flutuantes (alunos) das instituições de ensino, discriminadas anteriormente na contextualização histórica da cidade, vive, principalmente sob a influência do setor educacional, isso significa que a economia da cidade gira em torno deste setor. Mas outros setores também se desenvolvem na cidade, com menor ênfase, mas com importância para a cidade, como é o caso do setor de prestação de serviços públicos, saúde e cultura, este último é o que mais interessa para a análise desta pesquisa.

Para poder analisar de forma mais detalhada a questão das políticas culturais em Viçosa-MG, utilizou – se o método de pesquisa documental nos acervos digitais do site da prefeitura Municipal de Viçosa, na página virtual da secretaria de cultura. Não foi possível analisar os documentos da secretaria de cultura, devido as incompatibilidade de horários para se pesquisar dentro da mesma, portanto as informações contidas nesse estudo serão embasadas pelo teor contido no site de domínio da prefeitura de Viçosa. Também foram feitas entrevistas com o secretário da cultura: Antônio Luiz Miranda, com o vereador e músico Geraldo Luís Andrade, com a presidente Tânia da Associação de Artesanato e com o presidente Marcelo de Andrade Soares da ONG -“Humanizarte”.

A Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da cidade de Viçosa funciona atualmente nas dependências do antigo Colégio de Viçosa, situado a Rua Gomes Barbosa, sendo composta pelo Departamento de Cultura e Patrimônio e o pelo Departamento de Eventos. O Secretário de Cultura é o senhor Antônio Luiz Miranda. São elencadas como competência da Secretara Municipal de Cultura e Patrimônio: O Planejamento, coordenação, supervisão e execução de programas ligados às áreas de cultura e patrimônio; Promover e viabilizar convênios com entidades públicas e privadas ligadas à cultura.

No site da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio foram encontrados, para uma grata surpresa, diversas informações de expressões culturais, grupos, músicos, corais, enfim diversos segmentos envolvidos com a cultura popular e tradicional do município.

Na área da música foram encontradas diversas categorias cadastradas dentre as quais são: Associação Cultural Quintal do Samba; Sociedade Musical Lira Santa Rita, Coral da UFV, Coral da 3ª Idade, Coral Fermata da Associação Ítalo Brasileiro de Viçosa, Orquestra de Câmara De Viçosa e Pequenos Cantores de Viçosa.

No campo da dança e arte popular encontramos a Escola Experimental de Artes, o Grupo de Capoeira da LUVE, o Grupo de Capoeira Guerreiros de Zumbi, o Grupo de Dança da UFV, o Grupo Êxtase de Dança, Grupo Êxtase Juvenil. Grupos Para-Folclóricos: Capoeira; Festas Juninas - Quadrilha do Bairro Bom Jesus; Quadrilha do Bairro Santa Clara; Quadrilha do Bairro Silvestre; Meninas do Santa Clara e Tambores do Buieíé, sendo que essas atividades decorrem do voluntarismo da comunidade.

A cultura da festa do carnaval viçosense também conta com diversos e tradicionais blocos e Escolas de Samba: Entre eles: Bloco Vem Quem Quer; Bloco do Boi; Bloco das Piranhas; Escola de Samba Boca Nervosa; Escola de Samba Turunas do Vale; Escola de Samba Unidos de Bom Jesus; Escola de Samba Unidos da Cana; Escola de Samba Unidos dos Passos; Escola de Samba Unidos do Pintinho; Escola de Samba Unidos Ufevianos e Escola de Samba Xiitas. As escolas de samba apresentam seus desfiles nos dias de carnaval na Praça Emílio Jardim.

Todas essas organizações em prol da cultura constam no site da Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Esportes, no entanto, são poucas que conseguem o apoio da prefeitura de fato, haja visto, que neste ano de 2014, não ocorreu o desfile tradicional destas agremiações carnavalesca, pois a prefeitura alegou não ter verba para promover o evento.

A cidade de Viçosa também apresenta eventos tradicionais como: Semana do Fazendeiro - Coordenação do Centro de Ensino e Extensão – CEE UFV, que acontece na época das férias dos estudantes da UFV; Semana do Folclore-Realização: Casa da Cultura; Semana Santa - Coordenação: Paróquia de Santa Rita de Cássia, Paróquia de N.S. de Fátima, Paróquia de São José do Triunfo e Paróquia de São Silvestre; Violas e Canções - Evento anual. Coordenação: Associação Cultural Cheiro de Relva.

Viçosa também apresenta vários museus, e um Memorial – a Casa Arthur Bernardes inaugurada em 26 de agosto de 1996. Onde reúne documentos e peças relacionadas aos fatos históricos da vida de Arthur da Silva Bernardes, filho adotivo mais ilustre de Viçosa.

No site também estão cadastrados Espaços Culturais: Artes Visuais que funciona na casa 50 na Vila Gianett; o Auditório Fernando Sabino, localizado no Campus Universitário; a Casa da Cultura é gerenciada pela Secretaria Municipal de Cultura e

Patrimônio, nesse espaço é oferecido cursos, oficinas, exposições, incentivo a leitura através de círculos de leitura e da arte o artesanato.

Este segmento cultural, a arte do artesanato, é bem expressivo na cidade, pois já existe a uma associação dos artesãos a: ADAPAC - Associação dos Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa, onde diversos artesãos expõem seus produtos na Praça Silviano Brandão – centro da cidade. São diversos os produtos apresentados: como a do barro, capim, cobre, fios: Arraiolo, bordado, crochê, tear mineiro, tecelagem e tricô. Madeira, pintura, porcelana, tinta, pães e bolos caseiros. No entanto essa associação existe muito em função da união das artesãs, em maioria mulheres, que se uniram e criaram a ADAPAC, a presidente Tânia argumenta que *“falta incentivo por parte da prefeitura em, sobretudo valorizar uma cultura local”*, haja vista que notadas diversas técnicas nos trabalhos expostos pelas artesãs.

A segunda parte dessa pesquisa foi uma tarefa bem árdua, no sentido de conseguir uma entrevista com o membro da gestão pública, no caso o secretário da cultura, depois de diversas tentativas, dentre elas pessoais na secretaria de cultura, por telefone, e-mails, enfim a entrevista foi concedida.

Em umas das falas do secretário, observa se no tom de um discurso político que que: *“Em Viçosa as políticas públicas de cultura estão se organizando. Foi criado em 2012 o Conselho Municipal de Cultura. Um Fundo Municipal de Cultura será liberado anualmente para que o Conselho Municipal de Políticas Culturais Delibere sobre ele, trazendo autonomia e fortalecimento para o setor.”* No entanto, o que pude observar nessa fala é que o conselho só existe no papel, porque na prática ainda não foi definido nada e nem o fundo ainda foi criado.

Antônio Luiz Miranda ainda fornece que, *”o fomento cultural é destinado principalmente ao incentivo a culturas populares e escolas de artes em maneira geral (música, dança, coral, artes visuais e artesanatos)”*. Ele citou que após a realização do Fórum Intermunicipal de Cultura realizado em Viçosa, chegou – se a conclusão de que culturas populares como a Folia de Reis, Congado e Capoeira *“são símbolos da identidade nacional da região assim como as festas religiosas”*. Como por exemplo, a Semana Santa e festa da padroeira da cidade: Santa Rita de Cássia que reuni tradicionalmente uma multidão de pessoas.

Viçosa apresenta uma PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 565.217,453 (IBGE, 2008). A secretaria de cultura alegou que aplica em seus projetos anualmente mais R\$

1.000.000,00 (Um milhão de reais), mas o secretário esclarece que esse valor é para uso principalmente na área do Patrimônio de Viçosa, pois segundo a fala dele: “*Conservar sem dúvida é o mais importante, o tradicional nunca envelhece e fica na memória, faz parte da história, porém criar também é importante*”. Dentro desse valor a prefeitura retira uma porcentagem para os projetos culturais.

O secretário ainda citou que um dos principais projetos mantidos pela Prefeitura Municipal de Viçosa é a parceria com a ONG “Humanizarte”, que sem dúvida nenhuma, é um dos principais programas de incentivo a cultura da cidade de Viçosa desde 2002.

Com essa entrevista constatou-se que Viçosa não tem Lei de Incentivo a Cultura própria, mas encaminha os projetos culturais junto aos órgãos Públicos Estaduais e Federais, através das leis de incentivo a cultura, principalmente pela Lei Roaunet.

A Humanizarte foi fundada no ano de 2002, por Marcelo Andrade Soares viçosense produtor artístico, diretor e professor de matemática na época de criação da ONG. Através do lema nas palavras do presidente Marcelo “*Transformação através da arte, a Humanizarte busca sensibilizar as pessoas sobre a questão da cultura e de forma a “humanizar” a arte, tornando – a assim mais acessível*”. Marcelo ainda expõe que: “*É essencial e imprescindível o casamento da educação com a cultura, que ocorre uma humanização da educação e uma transformação de fato da sociedade e do ser humano*”.

Atualmente a Humanizarte está atuando com diversos projetos: TIM ArtEducação, Arte no Picadeiro e ArtEducação Digital, Reciclarte e Ponto de Cultura Popular e Folclore de Viçosa.

O projeto da TIM ArtEducação funciona da seguinte maneira: São oferecidas oficinas artísticas a aproximadamente cinco mil crianças e adolescentes da rede pública de ensino por ano, não só em Viçosa, mas esse projeto contempla um total de 12 cidades de Minas Gerais. Onde o objetivo é a integração da arte, cultura, educação e também de cunho social.

Já o projeto Arte no Picadeiro disponibiliza oficinas circenses gratuitas para cerca de 700 alunos da rede pública de ensino, esse projeto auxilia de forma indireta na capacidade de concentração, em uma melhor interação social das crianças e adolescentes do projeto.

“Desenvolver metodologias específicas de ensino e a ampliação do conhecimento digital como meio de criação de cultura”, esse é o objetivo do projeto ArtEducação Digital, segundo Marcelo, que proporciona a jovens entre 14 a 18 anos oportunidades através de oficinas de arte digital que estimulam a transformação de conhecimentos para a tecnologia digital. Esse projeto antes beneficiava somente os jovens viçosenses, no entanto, mais cinco cidades mineiras serão contempladas com esse projeto, isso foi possível, comenta Marcelo, *“pelo empenho da Humanizate em buscar parceria com o governo de Minas Gerais, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, com a FAPEMIG, com Secretaria do Estado da Cultura e com a Universidade Federal de Viçosa”*.

O Projeto Reciclarte promove a sensibilização e reflexão sobre a reciclagem, onde através de como o lixo pode ser transformado em renda e ao mesmo tempo contribuir com o meio ambiente. As ações desenvolvidas no programa são o reaproveitamento de materiais descartados transformando – os, por exemplo, em papeis recicláveis ou artes com de garrafas pet. Esse trabalho com os recicláveis sensibiliza os indivíduos para a preocupação com a questão ambiental e que é de responsabilidade de todos nós.

Marcelo ainda lembrou a promoção de outro projeto: O Projeto Ponto de Cultura Popular e Folclore de Viçosa durante os anos de 2007 a 2010, porém cabe aqui mencionar a importância desse projeto para integração de diversos segmentos sociais e culturais de Viçosa, *“o projeto promoveu o resgate do patrimônio cultural da cidade e ainda promoveu um fortalecimento das identidades envolvidas”*. Nos pontos de cultura eram oferecidas atividades como: danças populares e folclóricas, encontros de violeiros, duplas caipiras, contadores de histórias e contos populares.

Marcelo termina a entrevista mencionando que *“Viçosa precisa desenvolver e amadurecer as políticas públicas de cultura e incentivar a profissionalização e formação adequada dos envolvidos com a produção de atividades culturais”*.

A seguinte entrevista foi concedida pelo vereador Geraldo Luiz Andrade, em seu gabinete da Câmara Municipal de Viçosa. Geraldão como é conhecido popularmente é formado em jornalismo, vereador, presidente da Comissão Permanente de Cultura, Esporte, Turismo e Juventude. E também está envolvido em diversas outras áreas culturais dentre elas: redator da coluna cultura e atividade do Jornal Tribuna Livre;

Locutor de um programa da rádio aos sábados; vocalista da Banda Pura Água já há seis anos e foi agente junto com outros parceiros em mais de 40 eventos culturais promovidos na cidade.

Para este vereador da “cultura” (como ele mesmo se definiu) “*a cultura possibilita nos relacionarmos com nossas raízes*”. E mais em se tratando de arte e educação especificamente, “*a cultura consegue promover uma maior aproximação com crianças e adolescentes, principalmente os que estão à margem da sociedade*”.

Geraldo, ainda fala que “*a escola formal (sala de aula tradicional), apesar de necessária, apresenta um conteúdo muito cristalizado e quase dá oportunidade do professor transmitir o conhecimento, diferentemente da educação através da arte da cultura, porque produz uma interação mais aproximada e menos hierárquica. Possibilitando, por exemplo, através da atividade artística, conversar sobre temas como a violência, crime, sexo de uma forma até mesmo mais didática e pedagógica*”.

Questionado sobre a existência de incentivos as atividades culturais na cidade, Geraldo admite que poderia existir muito mais incentivos, até porque é uma cidade universitária, uma “cidade jovem”, e poderia se mais bem aproveitado o potencial artístico e cultural que a cidade apresenta. Essa característica ressalta por Geraldo, a “*jovialidade da cidade*”, pode se dizer que, pelo grande número de estudantes das instituições de ensino já citadas anteriormente, a cidade apresenta um número expressivo de jovens que anseiam por cultura, lazer e esporte, e nesse sentido, a cidade oferece basicamente os barzinhos como forma de sociabilidade e lazer para essa juventude.

E mais ele aponta para outro agravante da cidade de Viçosa. “*Não temos um potencial industrial, não temos grandes empresas, agente vive basicamente do comércio, e esse comércio poderia investir muito mais, ou seja, o poder privado acaba apoiando mais os grandes shows com 15 mil pessoas, do que uma banda de música ou um vernissage. O entendimento do capital privado é: Aonde é grande massa invisto, aonde é pequena, presto um favor*”. Para Geraldo é necessário “*sensibilizar*” os empresários a investirem em outras atividades artísticas e culturais, por exemplo, ele citou o teatro que em sua concepção as atividades teatrais “*contribuem para a formação de um cidadão mais discernido com mais jogo de cintura para o mercado de trabalho*”. Investir não esperando retorno financeiro, mas no investimento em torno do “*crescimento da arte e do cidadão*”.

Ele também concebe que existe pouca valorização dos artistas locais, por exemplo, dos músicos onde é a categoria com maior número de adeptos na cidade, mas em contrapartida não existe uma união entre a própria classe dos músicos.

Viçosa tem dois grupos profissionais e muito bem organizados de dança, o grupo Impacto e o grupo Êxtase. Citou também o grupo Movimentando o movimento, que é um grupo de dança que faz rodas de dança aos domingos. Mas existe pouca opção de lugar para apresentações desse tipo.

Geraldo elenca os espaços destinados às atividades culturais: *“Tem o Teatro Herve Cordovil (Estaçãozinha), mas é pequeno só cabem 90 pessoas; Tem a Casa da Mãe Jeane, o Atelier da Elaine Pontes e o Atelier do Geraldinho, a FACEVE, Tem o teatro Fernando Sabino no Campus da UFV, e o teatro do DED, porém está em desuso no momento; a Praça Silviano Brandão, com uma ressalva que este espaço de difícil, não impossível, acesso para a realização de eventos”*. Ele apresenta algumas demandas para melhorias da atividade cultural no município sendo: Locais para apresentações e produção de atividades culturais, abertura de editais públicos em favor da cultura, utilização do fundo para a cultura e Incentivo a leitura.

Seguindo com a entrevista Geraldo explica que Viçosa é uma cidade universitária, mas não vê muito incentivo à cultura, *“pois deveria ter mais projetos para influenciar no hábito de ler, pois ele explicita que o artista plástico, o dançarino, o músico bebem na literatura para inspiração e informação de qualidade”*.

Questionado sobre a Lei de incentivo fiscal. Geraldo responde que, *“Viçosa não possui de Lei de incentivos, e em Minas Gerais são poucas as cidades que possui”*. A crítica que ele faz a essa lei é a de que *“a Lei de incentivos fiscal no seu modelo atual, é meio ilusória, pois não contempla efetivamente o interior, as pequenas cidades, onde realmente deveria ser fomentada a cultura através desse incentivo”*.

Ainda sobre a Lei de Incentivos fiscais ela está vinculada ao Sistema Nacional de Ensino, lembrando o SNC vem para organizar e fomentar a cultura em vários municípios brasileiros, no entanto, para participar o município deve aderir às regras e exigências do SNC. Viçosa está entre as 10 primeiras cidades a aderir ao Sistema Nacional de Cultura e precisou para isso formatar o sistema municipal com as seguintes medidas: Criação de um Conselho de Políticas Culturais com um Fundo exclusivo para a cultura, no entanto, Viçosa ainda não estabeleceu seu plano municipal de cultura. *“A cidade aderiu, mas é preciso evoluir, pois é preciso mudar o cenário”*.

Neste ponto encerram – se as observações das entrevistas coletadas e direciona – se para o fim das explanações, quanto ao futuro das políticas públicas culturais em Viçosa essa pesquisa mostra que existem ações com intenções culturais, porém há muito que o se fazer para concretizar as políticas culturais e que tais sejam reconhecidas e valorizadas pelo seu povo.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que Viçosa sem dúvida é uma cidade que inspira conhecimento e cultura. Através desta pesquisa comprovou-se que existe uma rica diversidade cultural e também um grande potencial em desenvolver ações pró-cultura na cidade, apresentado pelos produtores de cultura local, como as ações da Humanizarte que corrobora com o depoimento do secretário da cultura de Viçosa, quando aponta essa instituição como uma das principais incentivadoras da arte e da cultura na cidade.

Em relação às ações do poder público, as políticas públicas municipais de cultura ainda estão em fase de organização, pela criação do Conselho Municipal de Cultura, um passo importante para se organizar os debates junto à sociedade e obter os indicadores culturais para fomentar as ações culturais desejadas na sociedade viçosense. Observou-se no curto espaço de tempo desta pesquisa que a cidade apresenta alguns fomentos direcionados para a cultura, indiretamente, por meio de parcerias com instituições promotoras de cultura.

Viçosa apresenta uma carência quanto a espaços designados às práticas culturais, e um maior reconhecimento e incentivo às ações relacionadas à cultura. A observação da existência desses problemas essenciais principalmente quanto ao aproveitamento do material humano que aspira a cultura em Viçosa é um fator relevante dessa pesquisa. A cidade possui gestores engajados com a arte e cultura, no entanto, está faltando o reconhecimento das políticas públicas de cultura na agenda pública, e ainda uma adesão do potencial cultural que a cidade possui com a qualidade educacional em favor da promoção, maior visibilidade e valorização das múltiplas atividades culturais da cidade.

E como se esperava o apoio do poder público não superou as expectativas dessa pesquisa, constando dessa forma que ainda há muito que se fazer para que ações do poder público em favor da cultura possam se transformar em políticas públicas de cultura para Viçosa. Existe sim interesse em promoção da cultura por parte do poder público, desde que essas ações culturais estejam entrelaçadas como o marketing político.

Foi diagnosticada também através da literatura utilizada nesta pesquisa que, é através da participação da sociedade na criação das políticas culturais, a partir das demandas sociais, que vão ser criadas as leis culturais em benefício dos mesmos. E Viçosa conta com diversas instituições que buscam junto ao poder municipal esse diálogo, no entanto, a burocracia exagerada e a falta de interesse do legislativo emperram os debates a cerca do crescimento e fortalecimento da cultura em uma cidade dita “educadora”.

Cabe aqui realçar que o campo do saber na cidade de Viçosa apresenta mesmo um notável destaque nacional em relação à educação, no entanto, se observa que a Universidade e as outras instituições de ensino influenciam muito pouco na promoção e na pressão para que as políticas culturais sejam efetivas, até porque existe um abismo de falta de interesse do poder público em encurtar os laços de parcerias com essas entidades educacionais.

O que podemos pensar a partir deste estudo quanto ao futuro das políticas públicas estas devem contemplar as várias dimensões da vida cultural e que a população de Viçosa possa futuramente conquistar espaços culturais adequados às suas manifestações e que cada cidadão tenha a oportunidade de ter acesso às diversas expressões culturais das cidades.

Por fim, pela apresentação no cenário nacional, como uma cidade *status* de “educadora” Viçosa deixa a desejar em relação ao aproveitamento do potencial das instituições educacionais em proporcionar, difundir e envolver mais a população em atividades culturais, visto que a cultura em suas diversas nuances como a arte, por exemplo, *que transforma vidas* (Marcelo – Humanizarte), mas isso é uma questão convite para futuros estudos sobre uma arena de diversidade cultural possível na cidade de Viçosa benefícios para os que dela bebem dessa fonte cultural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Andrea Vicente Toledo. **O cultivo dos Sonhos: Uma cartografia política pública de cultura da zona da mata mineira**/Cataguases: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2013.

ADORNO, Theodor e Horkheimer. “A Indústria Cultural: esclarecimento como mistificação das massas”, in **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ADORNO, T. W. 1983. “O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição” em **Textos escolhidos/ Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, J. Habermas**. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), pp. 165-191.

BECKER, Howard. 1982. **Art Worlds**. Berkeley: University of California.

BENJAMIN, Walter. 1983. “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução” em **Textos escolhidos/ Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, J. Habermas**. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), pp. 3-28.

BOURDIEU, Pierre. 1991. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel.

BRASIL, **As Metas do Plano Nacional de Cultura** /Brasil. Ministério da Cultura. Apresentação de Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti. São Paulo: Instituto Via Pública: MinC, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. [DECRETO-LEI Nº 74, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966](#). **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0074.htm>. Acesso em 05 de maio de 2014.

BRASIL, **Portal Legislação Constituição Federal**. Senado federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_215_s.htm>. Acesso em 25 de abril de 2014.

BRASIL. Portal do Brasil. **Lei Rouanet**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/11/lei-rouanet>>. Acesso em 15 de maio de 2014.

BRASIL. Senado Federal Secretaria Especial De Informática. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso em 25 de março der 2014.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectiva**. Salvador: Paper apresentado no 3º Encontro de Estudos Multidisciplinares em cultura, 2007.

CALABRE, Lia. **Política Cultural No Brasil: Um Histórico**. I ENECULT. Pesquisadora Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2014.

CASTRO, V. Viçosa, uma joia preciosa. **Revista Informativo Tá na cara**. Viçosa, nº 21 Setembro de 2007.

CASTRO, V. Colégio de Viçosa: Especial100 anos. **Jornal Tá na Cara**. Viçosa. Jul/2013.

CASTRO, V. Viçosa 141 anos: Especial A Atenas das Alterosas. **Jornal Tá na Cara**. Viçosa. Set/2013.

CASTRO, V. Viçosa, uma joia preciosa. **Revista Informativo Tá na cara**. Viçosa, nº 21 Setembro de 2007.

COELHO NETTO, José Teixeira. “Política cultural em nova chave”. **Revista Observatório Itaú Cultural/OIC** – n. 3 (set./dez.2007). São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007, p. 9-21.

COLÓQUIO INTELLECTUAIS, CULTURA E POLÍTICA NO MUNDO IBERO-AMERICANO. Rio de Janeiro. 17 -18 de maio de 2006. **Intelectuais e Política Cultural: O Conselho Federal de Cultura**. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_LiaCalabre_Intelectuais_e_PoliticaCultural.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2014.

EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

ELIAS, Norbert. s/d. **O que é Sociologia**. Lisboa: Edições 70.

FACULDADE DE VIÇOSA. **História**. Disponível em: <<http://www.fdv.br/>>. Acesso em 05 de abril de 2014.

IBGE, **Viçosa Minas Gerais**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/vicosa.pdf>>. Acesso 21 de Março de 2014.

INSTITUTO ITAÚ CULTURAL. **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC** - n. 6, (jul./set. 2008). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/000991.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2014.

ITAÚ. **Cultura**. Disponível em: <<http://novo.itaucultural.org.br/obsglossario/cultura/>>. Acesso em 08 de março de 2014.

JAUSS, Hans Robert. 1993. **A literatura como provocação**. Lisboa: Ed. Passagens.

RANGEL, J. M. S. **O Passado Compassado de Viçosa** - Epítome histórico da velha Santa Rita do Turvo. Disponível em: <<http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com.br/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2014.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas Culturais entre o Possível e o Impossível**. Disponível em: <http://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/03/politicasculturais-entre-o-possivel-e-o-impossivel.pdf>. Acesso em 03 de março de 2014.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469/934> >. Acesso em 01 de fevereiro de 2014.

UNIVIÇOSA. **Missão**. Disponível em: <<http://www.univicosa.com.br/>>. Acesso em 05 de abril de 2014.

VIÇOSA, Prefeitura Municipal de. **A cidade**: Disponível em: <<http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/localizacao>>. Acesso em 10 de março de 2014.

VIÇOSA, Prefeitura Municipal de. **Da Ermida à Urbe**: Disponível em: <<http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/da-ermida-a-urbe> >. Acesso em 10 de março de 2014.

VIÇOSA, Prefeitura Municipal de. **Do Café à Cidade Polo Educacional**: Disponível em: <<http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/do-cafe-a-cidade-polo-educacional> >. Acesso em 10 de março de 2014.

VIÇOSA, Prefeitura Municipal de. **Cultura e Lazer**. Disponível em: <<http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/cultura-e-lazer>>. Acesso em 10 de março de 2014.

VIÇOSA, Prefeitura Municipal de. **Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Esportes**. Disponível em: <

<http://www.vicosa.mg.gov.br/arquivos/secretarias/secretaria-municipal-de-cultura-patrimonio-historico-e-esportes>>. Acesso em 10 de maio de 2014.

VIÇOSA, Prefeitura Municipal de. **O Povo**: Disponível em: <<http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/o-povo>>. Acesso em 10 de março de 2014.

WEBER, Max. 1964. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica.

_____. 1995. **Os Fundamentos racionais e sociológicos da música**. São Paulo: Edusp.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992.

ANEXOS

Relatórios semi estruturado para agentes do poder público?

- 1) Identificação: Setor/Departamento/secretaria
- 2) Viçosa possui Lei de incentivo a cultura? Qual?
- 3) Como se insere um projeto cultural para apreciação do poder público?
- 4) Existe um foco para as políticas públicas de cultura em Viçosa? Qual?
- 5) Para se criar um projeto cultural, busca se inspiração em modelos de sucesso já existentes?
- 6) A cidade busca capacitação para o desenvolvimento dos projetos culturais? Como isso é feito?
- 7) O que pode ser considerado como símbolo da identidade cultural do município de Viçosa e por quê?
- 8) O que é mais importante em uma política pública de cultura, conservar ou criar? Por quê?
- 9) O fomento cultural é destinado a quais tipos de projetos?
- 10) Que tipo de projetos o poder público mais apóia?
- 11) No que tange a aplicação dos projetos este se dá:
 - a) Em locais públicos como praças, escolas e/ou ruas;
 - b) Em espaços criados com este objetivo como museus, teatros e casas de cultura;

- c) Em clubes, campos de futebol.
- d) Outro(s).
- e) Qual?

12) A secretaria aplica em seus projetos anualmente:

- a) Até R\$10.000,00
- b) Entre R\$10.001,00 e R\$100.000,00
- c) Entre R\$100.001 e R\$1.000.000,00
- d) Mais de R\$1.000.000,00

13) A prefeitura possui parceria e/ou convênio com alguma instituição de ensino particular ou pública da cidade em benefício das políticas culturais em Viçosa?

Roteiro de entrevista para gestores culturais em Viçosa

- 1) Nome e Instituição.
- 2) Há quanto você está envolvido em atividades cultural?
- 3) Quais atividades culturais estão sendo desenvolvidas atualmente?
- 4) Onde essas atividades são desenvolvidas?
- 5) O que significa para você realizar essas atividades?
- 6) Em sua opinião, qual é a importância da cultura para Viçosa?
- 7) Existem incentivos a atividades culturais em Viçosa? Se sim, quais?
- 8) Você poderia citar quais os espaços destinados à cultura em Viçosa?
- 9) Quais seriam suas demandas para a melhoria da atividade cultural em Viçosa?
- 10) Quais seriam suas sugestões para melhoria das condições de trabalho dos envolvidos com a produção de atividades culturais?